

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 162.942 - PR (2018/0338111-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**SUSCITANTE** : **JUÍZO FEDERAL DA 4ª VARA DE FOZ DO IGUAÇU - SJ/PR**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS DE FOZ DO IGUAÇU - PR**  
**INTERES.** : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**INTERES.** : **REGINALDO RIBEIRO CHAGAS**

**DECISÃO**

Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo JUÍZO FEDERAL DA 4ª VARA DE FOZ DO IGUAÇU/PR em face do JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÃO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS DE FOZ DO IGUAÇU/PR.

O Ministério Público Federal, ao se manifestar nos autos, sumariou os fatos que deram ensejo à instauração do presente incidente, *in verbis* (e-STJ fls. 473/474):

*Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo JUÍZO FEDERAL DA 4ª VARA DE FOZ DO IGUAÇU SJ/PR em face do JUÍZO DE DIREITO DA VARA EXECUÇÃO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS DE FOZ DO IGUAÇU-PR.*

*Consta nos autos que REGINALDO RIBEIRO CHAGAS foi condenado à pena de 1 (um) ano e 8 (oito) meses de reclusão, regime inicial semiaberto (ação penal nº 50014433320164047002), expedida a guia de recolhimento, restou cumprido o mandado de prisão.*

*Com a progressão do regime do condenado para o aberto, o Juízo da Vara de execuções de penas e medidas alternativas da comarca de Foz do Iguaçu/PR proferiu decisão declinando a execução das penas do condenado para o Juízo Federal Criminal de Foz do Iguaçu, por entender que a competência deveria retornar à Justiça Federal em face de tratar-se de pena privativa de liberdade em regime aberto.*

*Daí o presente conflito negativo de competência suscitado pelo Juízo declinado firme nos fundamentos de que “[a] competência executiva é determinada no início do cumprimento da pena, assim, os condenados a regime inicialmente fechado ou semiaberto serão executados no Juízo Estadual, em consonância com a Súmula 192/STJ, não havendo alteração de competência com remessa dos autos ao Juízo Federal no momento em que colocados em liberdade” (fl. 460).*

Ao final, manifestou-se pela competência do Juízo suscitado em parecer assim ementado (e-STJ fl. 473):

*CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA.*

*EXECUÇÃO PENAL. ARTIGOS 33 E 35 C/C ARTIGO 40, E ARTIGO 33, §4º, INCISOS I E IV, TODOS DA LEI 11.343/06. CONDENAÇÃO PERANTE A JUSTIÇA FEDERAL. ESTABELECIMENTO PRISIONAL SOB ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL. PROGRESSÃO PARA REGIME ABERTO. SÚMULA 192/STJ.*

*COMPETÊNCIA DO JUÍZO ESTADUAL.*

É, em síntese, o relatório.

Conheço do conflito por se tratar de controvérsia instaurada entre juízos vinculados a tribunais distintos, conforme o que preceitua o art. 105, I, *d*, da Constituição Federal.

A matéria em discussão no presente conflito já foi pacificada no âmbito da Terceira Seção desta Corte de que, iniciado perante a Justiça estadual, o processo de execução de pena privativa de liberdade imposta pela Justiça Federal, nos termos do disposto no enunciado da Súmula n. 192/STJ, nela prosseguirá, ainda que haja o deferimento de progressão ao regime aberto ou qualquer outra alteração no curso do processo de execução.

Nesse sentido:

*CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. CONDENAÇÃO PELA JUSTIÇA FEDERAL. EXECUÇÃO DA PENA PELA JUSTIÇA ESTADUAL. SÚMULA N. 192/STJ. PROGRESSÃO AO REGIME ABERTO. MANUTENÇÃO DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO ESTADUAL, ORA SUSCITADO.*

- 1. "Compete ao Juízo das Execuções Penais do Estado a execução das penas impostas a sentenciados pela Justiça Federal, Militar ou Eleitoral, quando recolhidos a estabelecimentos sujeitos à administração estadual." Súmula n. 192 do STJ.*
- 2. Segundo a jurisprudência desta Corte, a progressão para o regime aberto não afasta a competência do Juízo estadual para fiscalizar a execução da pena.*
- 3. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito da Vara de Execuções Penais de Foz do Iguaçu/PR, o suscitado. (CC 157.691/PR, relator Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 23/05/2018, DJe 06/06/2018.)*

*PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CONDENAÇÃO EM ÂMBITO DA JUSTIÇA FEDERAL. PROGRESSÃO DE REGIME. FISCALIZAÇÃO DA*

*PENA EM REGIME ABERTO. MANUTENÇÃO DO JUÍZO ESTADUAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 192 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.*

*1. Havendo cumprimento de pena em estabelecimento prisional sob a jurisdição do Juízo das execuções estadual, este é o competente para o respectivo processo de execução penal, decidindo os incidentes de tal etapa processual.*

*2. O fato de haver progressão de regime e não mais se encontrar custodiado, não torna incompetente o Juízo estadual para continuar a presidir sua execução. Incidência da Súmula 192 do STJ.*

*3. Agravo regimental não provido. (AgRg no CC 136.386/PR, relator Ministro RIBEIRO DANTAS, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 09/12/2015, DJe 01/02/2016.)*

*PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CONDENAÇÃO NA JUSTIÇA FEDERAL. EXECUÇÃO INICIADA EM ESTABELECIMENTO PENAL ESTADUAL. PROGRESSÃO DE REGIME. FISCALIZAÇÃO DA PENA. JUÍZO ESTADUAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 192 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

*Nos termos do Enunciado n. 192 do Superior Tribunal de Justiça, "compete ao Juízo das Execuções Penais do Estado a execução das penas impostas a sentenciados pela Justiça Federal, Militar ou Eleitoral, quando recolhidos a estabelecimentos sujeitos à administração estadual".*

*In casu, tratando-se de apenado pela Justiça Federal que vinha cumprindo a pena perante o Juízo da execução estadual, não há falar em deslocamento da competência para a Justiça Federal, tão somente em razão da superveniência da progressão ao regime aberto.*

*Agravo regimental desprovido. (AgRg no CC 136.407/PR, Rel. Ministro ERICSON MARANHO, DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJSP, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015.)*

Ante o exposto, **conheço do conflito e dou por competente o Juízo suscitado** (JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÃO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS DE FOZ DO IGUAÇU/PR).

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

